



REFORMA DO ESTADO

Passos Coelho acusa Constitucional de “falta de bom senso”

Primeiro-ministro acredita que é possível reformar o Estado sem mudar a Constituição. Alternativa ao chumbo do diploma da mobilidade especial será conhecida em breve

MARLENE CARRIÇO*
marlenecarrico@negocios.pt

“Bom senso” foi o que o primeiro-ministro pediu aos juizes do Tribunal Constitucional (TC), no rescaldo do chumbo do diploma da requalificação dos funcionários públicos. Passos frisou que para prosseguir com a reforma do Estado não é preciso mexer na Constituição, pois o problema passa pela “interpretação” que os juizes do Palácio Ratton têm feito da mesma.

“Não é preciso rever a Constituição para cumprir o programa de ajustamento e para implementar estas medidas, é preciso é bom senso”, afirmou o chefe do Executivo. Falando no encerramento da Universidade de Verão do PSD, Passos disse ser “um absurdo (...) cristalizar os direitos adquiridos mesmo que não os possamos pagar”, numa crítica aos juizes do TC que, em nome da confiança, declararam inconstitucional despedir os funcionários públicos ao fim de um ano em mobilidade especial.

Passos respondeu com o princípio da igualdade: “a Constituição diz que é devida protecção no emprego. Já alguém se lembrou de perguntar aos mais de 900 mil desempregados no País de que lhes valeu a Constituição até hoje? Porque é que essas famílias têm de pagar um preço e encontrar espaço para pagarem o que o Estado não faz? É uma injustiça intolerável”.

O chumbo desta medida impede uma poupança directa de 167 milhões até ao final de 2014, mas o impacto pode ser maior. Desde logo porque poderá ser mais difícil chegar a acordo com os funcionários para rescisões amigáveis, uma vez que estes já não terão a pressão do despedimento. Além disso, a leitu-

ra do TC pode-se repetir nos diplomas da convergência das pensões da CGA com as da Segurança Social (com uma poupança estimada de 672 milhões em 2014), e no da revisão das tabelas salariais na Função Pública (445 milhões em 2014), que deverão passar pelo crivo dos juizes.

Este mês chega a troika, para mais uma avaliação, e o Governo terá de apresentar o pacote de medidas no valor de mais de quatro mil milhões de euros e explicar os últimos desenvolvimentos.

Solução pode passar por redução do valor pago na mobilidade

Passos garantiu este domingo que o Governo apresentará “muito rapidamente uma alternativa” à medida chumbada, frisando que não será “tão boa” e que terá um preço “sempre mais elevado”, repetindo o que tinha dito na sexta-feira, quando ameaçou também com a possibilidade de um segundo resgate caso não fosse possível prosseguir com a reforma do Estado.

A alternativa, segundo o “Expresso”, passa por, ao invés do despedimento ao fim de um ano, os funcionários públicos ficarem a receber apenas entre 20% a 40% do salário. Também Marcelo Rebelo de Sousa disse este sábado que “não seria inconstitucional necessariamente pagar 10%, 15% ou 25%” do salário. Em análise parece estar ainda a possibilidade de alargar as causas para despedimento por motivos disciplinares e a generalização das rescisões.

A oposição já criticou a reacção de Passos à decisão do TC. Seguro, na rentree do PS, disse ser inaceitável o “ataque” ao TC e acrescentou que são a “incompetência e as políticas erradas do Governo que colocam [o País] sob o risco de um segundo resgate”. *com SA



Passos garantiu ter uma alternativa ao diploma chumbado “muito rapidamente”.

Não é preciso rever a Constituição para implementar estas medidas. É preciso bom senso.

PEDRO PASSOS COELHO

Primeiro-ministro



O secretário-geral do PS disse que é inaceitável que o primeiro-ministro ataque o Constitucional.

É a incompetência e são as políticas erradas do Governo que colocam [o País] sob o risco de um segundo resgate.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Secretário-geral do PS